



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO TOCANTINS

Palácio da Justiça Rio Tocantins, Praça dos Girassóis, s/nº - Bairro Centro - CEP Tribunal - Palmas - TO - <http://www.tjto.jus.br>
Tribunal de Justiça

Ata Nº 288 de 13 de dezembro de 2019.

PRESIDÊNCIA/DIGER/NUGES/CGPLS

6ª Ata de reunião da Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável - CGPLS.

Aos 02 (dois) dias do mês de dezembro de dois mil e dezenove (2.019), às 14h30min, na sala de reunião deste Tribunal, reuniram-se os membros da Comissão Gestora do Plano de Logística Sustentável, os (as) senhores (as): desembargadora Presidente da Comissão Ângela Maria Ribeiro Prudente, o magistrado e gestor do programa TO SUSTENTÁVEL Pedro Nelson de Miranda Coutinho e os demais membros: Glacielle Borges Torquato, Agnes Souza da Rosa, Maria das Dores, Débora Regina Honório Galan e Leila Maria de Souza Jardim. Ausência justificada do membro Spencer Vampré. Ausência não justificada do servidor Luciano Lima de Oliveira. Participaram como convidados: Jonas Demóstene Ramos (Diretor Geral), Ronilson Pereira da Silva (Diretor Administrativo) e Kézia Reis de Souza (Diretora do Centro de Comunicação Social) e Julio Cesar Pereira de Oliveira (NUGES). Sob a presidência da excelentíssima desembargadora Ângela Prudente foram iniciados os trabalhos com saudações e agradecimentos ao Diretor Geral e demais presentes. Em seguida, a Presidente apresentou os resultados alcançados neste ciclo de execução do Plano de Logística Sustentável os quais estão descritos na minuta do Relatório de Desempenho ano-base 2.019. Ressaltou que dos trinta e oito indicadores mensurados, trinta e um apresentaram resultados positivos e sete resultados negativos, o que demonstra a efetividade das ações executadas no ciclo e o empenho desta Gestão em conceder efetividade ao PLS e à Resolução CNJ nº 201/2.019. Em seguida, passou a palavra ao magistrado doutor Pedro Nelson, que reafirmou a importância de se tratar da sustentabilidade e do Plano de Logística neste Poder. Em seguida, passou-se a palavra a servidora Leila Jardim, coordenadora do Núcleo de Gestão Socioambiental, que iniciou a apresentação dos resultados das ações executadas e do monitoramento mensal e anual dos indicadores do Glossário da Resolução CNJ 201/2.015. Primeiramente, explicou sobre o artigo 23 e 24 da Resolução CNJ 201/2.015, o qual trata do conteúdo e procedimento obrigatório do Relatório de desempenho do PLS ressaltando que a responsabilidade pela produção das informações é das diretorias e setores administrativos envolvidos na execução dos temas e indicadores. Apresentou por meio de gráficos, o resultado dos indicadores de modo a possibilitar a cada um dos presentes tecerem comentários e indagações acerca do conteúdo. No que diz respeito ao indicador Limpeza, a Presidente questionou ao senhor Ronilson, sobre o aumento significativo do índice de redução do gasto 2019/2018 do contrato de limpeza, mesmo com a ocorrência do aumento da área contratada. Em resposta, o mesmo informou que iria verificar este dado e informaria novamente a esta Comissão sobre o que poderia ter ocorrido. Dando continuidade, foram tratados os indicadores positivos, sendo eles: gasto e consumo de Papel; consumo de água envasada descartável (1,5litros e 500ml); gasto com contrato de impressão e quantidade de equipamento de impressão; linhas telefônicas fixa; gasto com telefonia fixa; Linhas telefônicas móveis; gasto com telefonia móvel; gasto energia elétrica; consumo de energia elétrica; consumo de água; resíduos sólidos; resíduos de informática; resíduos de saúde; gasto com contrato de limpeza; área contratada; vigilância; quilometragem; quantidade de veículo; gasto com manutenção de veículos; gasto com contrato de motorista; consumo de gasolina; consumo de diesel; participação em qualidade de vida, quantidade de ação de qualidade de vida; participação em ações solidárias; ações de inclusão; ações solidárias; ações de capacitação socioambiental e participação em ações de capacitação. Os resultados foram analisados pelos membros e a Presidente ressaltou o avanço das ações de inclusão e acessibilidade, bem como as ações solidárias que ultrapassaram o índice de execução de mais de 300%. No que diz respeito aos resultados negativos dos sete indicadores mensurados, sendo eles: gasto e consumo de copos descartáveis, consumo de água envasada descartável, consumo de embalagens retornáveis, gasto com suprimentos de impressão, gasto com água, gasto com reforma e consumo de etanol foram tecidas considerações sobre os possíveis aspectos que impactaram neste cenário, apesar das constantes campanhas de sensibilização e execução das demais ações planejadas. A Presidente informou que para o próximo ciclo de execução do PLS, estes indicadores receberão especial atenção, de modo que medidas mais efetivas deverão ser tomadas por parte das diretorias envolvidas para alcance de melhores resultados. A servidora Glacielle Torquato, membro e Chefe de Gabinete da Presidência, esclareceu sobre a importância de estarmos atentos ao atendimento das resoluções e exigências do Conselho Nacional de Justiça, considerando a experiência extraída da reunião dos Presidentes dos tribunais para a premiação do Selo de Qualidade, onde foram discutidas as possíveis mudanças das regras do quesito sustentabilidade. A mesma ressaltou o aumento da destinação dos resíduos de informática e que isso se deve, em parte, ao trabalho preventivo de manutenção e recolhimento de bens inservíveis executado pela Diretoria de Tecnologia da Informação, durante a realização das edições do Projeto Justiça Cidadã nas comarcas visitadas. O magistrado Pedro Nelson, sobre o tema de impressões e equipamentos de impressões, pontuou a experiência do Banco Central que define sistema de cotas e que os servidores reembolsam quando excedem as cotas de impressões. A servidora Leila informou que está sendo licitado o novo contrato de *outsourcing* que irá melhorar o monitoramento e, também está em elaboração pelo NUGES e DTINF, à política de impressão que será publicada no próximo ano. Foi apresentado o resultado alcançado pela execução da ação de compra e licitação sustentável. No que se refere à gestão dos contratos, a Diretoria de Infraestrutura e Obras informou que ocorreu economia do gasto com reformas e construção na ordem de quase três milhões de reais (R\$ 3.000.000). Após a apresentação dos resultados, a Presidente parabenizou todos os Diretores e demais servidores envolvidos na execução do PLS e reafirmou a necessidade de comprometimento de todos com a temática para alcance de melhores índices. Solicitou ao senhor Jonas Demóstene, que comunicasse aos demais diretores, sobre a importância de procederem com o envio das informações sobre o que foi executado e alimentação do sistema SIGA, considerando que é de responsabilidade dos mesmos a produção e envio das informações ao NUGES e a esta Comissão. O Diretor Geral se comprometeu em diligenciar junto aos demais diretores sobre o que fora solicitado. O NUGES deverá comunicá-lo sobre eventual descumprimento no envio de informações. Ao final, os membros da Comissão aprovaram o teor do Relatório de Desempenho 2.019 e dos Planos de ação 2.020, com a ressalva de que caso o Conselho Nacional de Justiça prorrogue o prazo de envio deste Relatório para fevereiro de 2.020, conforme ocorrido nos anos anteriores, o Núcleo de Gestão Socioambiental deverá proceder com a consolidação dos resultados referente ao mês de dezembro de 2.019, com o fim de encerrar o

ciclo anual do Plano de Logística Sustentável. Nada mais havendo para ser registrado, lavrou-se a presente Ata, assinada por mim, Júlio César Pereira de Oliveira, que será encaminhada aos demais presentes para ciência e assinatura.



Documento assinado eletronicamente por **Desembargadora Ângela Maria Ribeiro Prudente, Presidente de Comissão**, em 16/12/2019, às 19:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Leila Maria de Souza Jardim, Técnica Judiciária**, em 18/12/2019, às 15:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Júlio César Pereira de Oliveira, Técnica Judiciária**, em 18/12/2019, às 15:41, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Ronilson Pereira da Silva, Diretor Administrativo**, em 18/12/2019, às 16:07, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Kézia Reis de Souza, Diretora do Centro de Comunicação Social**, em 18/12/2019, às 16:09, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Pedro Nelson de Miranda Coutinho, Presidente de Comissão**, em 18/12/2019, às 16:12, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Jonas Demostene Ramos, Diretor Geral**, em 18/12/2019, às 17:26, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Maria das Dores, Escrivã Judicial**, em 19/12/2019, às 10:18, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Debora Regina Honório Galan, Assessora Acadêmica e Pedagógica**, em 26/02/2020, às 18:08, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Agnes Souza da Rosa, Analista Técnico**, em 27/02/2020, às 08:40, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no link <http://sei.tjto.jus.br/verifica/> informando o código verificador **2946973** e o código CRC **B3B5097B**.

